

RESENHA ILÍCITO ¹

Márcia Siqueira de Carvalho

Pós-Doutora em Geografia Humana. Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina-PR.
Departamento de Geociências. E-mail: marcar@uel.br

A globalização trouxe novos hábitos, novos costumes, novas expectativas, novas possibilidades e novos problemas. Isso nós sabemos. O que não sabemos muito bem é o tamanho da riqueza que a globalização trouxe aos traficantes. (Naím, 2006)

O livro traz um painel da economia e da formação de redes de produção e comercialização de atividades ilícitas na escala mundial como aponta para território em escala mais detalhada de como elas funcionam e se articulam na economia global.

A sua importância e motivo para ser lido, em especial por um profissional de Geografia, deve-se ao papel que essas redes vêm desempenhando na geografia urbana de cidades e nas fronteiras, além do desempenho econômico de atividades e de índices de violência que se refletem até na estrutura populacional.

Há um grupo de pesquisas – RETIS – da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujas linhas de pesquisas têm se dedicado aos temas dos Limites e Fronteiras Internacionais da América do Sul, Geografia das drogas ilícitas e sistema bancário-financeiro, entre outros. Este último tema Investiga-se a simbiose entre o tráfico internacional de drogas e o sistema bancário-financeiro, assim como as implicações geográficas do processo de lavagem de dinheiro.

Entre os trabalhos do grupo destacamos as monografias de Rebeca Steiman (1995) *Amazônia, o mapa da droga*; de André Reyes Novaes (2002) *Amazônia: Tráfico de drogas e lavagem de dinheiro*; um estudo sobre a atuação das redes ilegais sobre a atuação das redes legais na Amazônia brasileira, e de Gilberto Rodolfo (2000) *A rede bancária na Amazônia Legal*. O artigo de Lia Osório Machado – *Movimento de dinheiro e o narcotráfico na Amazônia* (<http://www.unesco.org/most/ds22por.htm>) faz uma análise de como redes de velocidades distintas se sobrepõem e metodologicamente inaugura, através do viés geográfico, os conceitos de posição de um lugar em relação à malha de redes, a autoregulação das redes na escolha de lugares independente de uma hierarquia urbana e a capacidade de articulação nas diferentes escalas espaciais (locais, regionais, nacionais e internacionais).

Naím analisa a pirataria, a lavagem de dinheiro e o tráfico na economia global, o que permite a contextualização de fenômenos correlatos ainda não analisados pelos grupos

de pesquisa em Geografia, como por exemplo, a venda ilegal de armas, o tráfico humano, a falsificação de mercadorias e os pontos de contatos (não obrigatórios, mas circunstanciais) entre essas redes.

Alguns requisitos necessários para o crescimento dessas redes foram estabelecidos na esfera “lícita” da economia e da política mundial: novas tecnologias (em especial a informacional); o desaparecimento da bipolaridade geopolítica com o fim da URSS, as políticas neoliberais que facilitaram o fluxo de capitais em velocidade de tempo real. Trocando em miúdos, isso se reflete no cotidiano na ampliação do uso dos recursos informacionais, no aumento de viagens aéreas (independente da crise nesse setor), na liberdade de comunicação através dos aparelhos celulares. Paralelamente e utilizando-se desses recursos, Naím constata o crescimento dos lucros e a ascendência política das redes criminosas globais:

Por trás da ascendência política das redes criminosas globais está uma dinâmica de globalização poderosa, ainda que geralmente menosprezada. Essa dinâmica é o tema (...) que procura entender como as mudanças da década de 1990 não apenas fortaleceram os criminosos, como ao mesmo tempo, enfraqueceram as instituições encarregadas de combatê-los. O sucesso das redes criminosas baseia-se tanto na mobilidade internacional como em sua habilidade de se beneficiar dentro das fronteiras dos Estados soberanos. Para os criminosos, as fronteiras criam oportunidades de negócios e escudos convenientes; no entanto para funcionários do governo que os caçam, as fronteiras são, frequentemente obstáculos intransponíveis (...) Hoje, o comércio ilícito permeia igualmente sociedades ricas e pobres (NAÍM, 2006, p. 18).

O tráfico de pessoas, através da imigração ilegal, recriou a “escravidão” por dívidas que cresce a cada ano o número de envolvidos (4 milhões) assim como movimentando bastante dinheiro (estima-se de 7 a 10 bilhões de dólares). Novas rotas foram criadas interligando as repúblicas da ex-URSS, o Sul e o Sudeste Asiático, a África Ocidental, a América Latina, a Europa Ocidental e os EUA.

Parte importante nesse painel mundial, a rede do tráfico das drogas substituiu a rede hierárquica e “pesada” dos antigos cartéis por outra mais ágil e de difícil rastreamento. As áreas produtoras também se modificaram, com a rápida expansão da papoula no Afeganistão após a queda do Talibã e a ampliação de drogas “de laboratório”, como as metanfetaminas e as “drogas de festa”. Estas últimas se expandiram no Sudeste Asiático e inauguraram novas rotas de comércio no Brasil, Nigéria e Uzbequistão.

O comércio internacional de armas também passou por mudanças significativas, pela diminuição da participação dos governos e aumento do comércio privado de armas leves (lançadores de mísseis portáteis, rifles de alto calibre e anti-tanques) que abasteceu

desde 1990 cerca de 50 conflitos mundiais, mais fortemente na África (NAÍM, 2006, p. 19). As grandes empresas produtoras de armas que vendiam para os governos foram substituídas por inúmeros comerciantes informais que não só abastecem conflitos regionais, mas exércitos privados, milícias e grupos guerrilheiros, sem esquecer do negócio da segurança particular, sempre crescente em tempos de violência.

As redes do ilícito incluem as falsificações: roupas, cosméticos, CDs, cópias piratas de motocicletas, sistemas operacionais e softwares, remédios, enfim, o comércio ilícito rompeu as fronteiras e invadiu nossas vidas (NAÍM, 2006, p. 21).

O aumento do comércio internacional entre 1990 e 2000 (média acima de 6%) e a redução de controle das fronteiras, a privatização e a desregulamentação dos negócios, novas tecnologias, de tudo isso as redes ilícitas souberam enxergar oportunidades. A liberalização financeira possibilitou (também) aos traficantes o investimento do lucro num leque de usos mais livre, e as tecnologias financeiras, através da ascensão do dinheiro eletrônico e virtual dificultaram o rastreamento do processo de lavagem do dinheiro por transferências eletrônicas. Essa “invisibilidade” também é formada através do anonimato de contas de e-mail acessadas nos cibercafés, por exemplo, para o monitoramento das cargas que as empresas oferecem. Porém a internet tem também servido de mídia para a oferta dos produtos ligados ao dinheiro sujo, como a prostituição on-line, casas de apostas, venda ilegal de remédio (que podem ser falsificados).

Naím identifica alguns países e regiões onde estão os núcleos de redes criminosas (Quadro 1) e exemplifica em alguns a ligação entre o tráfico e representantes políticos, a saber, na década de 1990 Vladimiro Montesinos no Peru (chefe do serviço nacional de Inteligência) controlava não somente membros do Congresso, grandes banqueiros e meios de comunicação como dirigia uma ampla rede de traficantes de drogas e armas e de lavagem de dinheiro (NAÍM, 2006, p. 31).

As redes ilícitas também vêm se aproveitando de outras mudanças como a descentralização, especialmente refletidas no nível regional ou em regiões remotas ou de fronteiras. A descentralização do poder e maior autonomia promovida pelo governo colombiano no início da década de 1990 foram vista por Naím “como uma benção para as redes de tráfico, que podiam então simplesmente indicar seus próprios prefeitos, governadores e juizes (2006, p. 32)”. Ou a desorganização política favorável do “Triângulo do Ouro” (Tailândia, Myanmar e Laos), as fronteiras do Paquistão e do Afeganistão, os territórios das FARCS e das AUCS na Colômbia.

Quadro 1 - Atividades Ilícitas e locais.

ATIVIDADE ILÍCITA	PAÍS OU REGIÃO
Ucrânia e Sérvia	Cds e munição
Moldávia	Tráfico de seres humanos, carregamento de drogas e armas
Bielo-Rússia	Tráfico de seres humanos
Romênia	Crimes no ciberespaço
Repúblicas da Ásia central e dos Balcãs	Drogas e tráfico de imigrantes
Província de Yunnan (China)	Tráfico de imigrantes
Myanmar	Tráfico de imigrantes
Coréia do Norte	Drogas, armas, pessoas e espécies ameaçadas
Suriname	Ponto de baldeação para o tráfico de drogas
Tajiquistão	drogas

A significativa transformação, porém, é interna à organização das redes ilícitas. Mais distante dos estereótipos – o crime organizado ou o contrabandista freelancer de fronteira – o crime vêm se transformando no sentido de ter estruturas de controle mais descentralizado e há uma tendência à diminuição da especialização de traficantes em um determinado tipo de mercadoria. Há sim grupos étnicos ou máfias locais que aparentemente controlam mercados – heroína, trabalho infantil, fuzis kalashnikovs, carros roubados ou cigarros - em uma cidade ou região. Mas isso acontece numa escala local ou regional, pois “é competitivamente menos vantajoso controlar, do começo ao fim, a cadeia de fornecimento de determinado produto” (NAÍM, 2006, p. 35). A rede, então, ganha mais pela sua estrutura de organização e logística do que o produto em questão. São redes simultaneamente globais e locais, articulando-se frente às necessidades, combinando-se, estabelecendo colaborações e dissolvendo-as quando se acaba a necessidade. Essas articulações variáveis no tempo e no espaço desenham no espaço geográfico das cidades, seja nos arredores de Milão, Barcelona, San Diego ou Zurique através dos novos bairros de imigrantes “importados” pelo tráfico de pessoas. Ou em outras cidades européias mediterrâneas que recebem os imigrantes ilegais sobreviventes que chegam diariamente em caiaques precários às suas praias. Ou ainda em cidade brasileiras em que a disputa entre traficantes de drogas anulou o uso dos espaços públicos pelos cidadãos, impondo toques de recolher ou fechamento do comércio.

Análises mais detalhadas sobre o crescimento do tráfico de armas, novas ou usadas, assim como a ampliação de fábricas menores de armas leves e munição, podem ser traduzidas em números: em 2004 havia 1.249 corporações formais sediadas em 90 países, com crescimento mais intenso na Europa Oriental e Ásia. (NAÍM, 2006, p. 53). O mercado de armas segunda mão soube através da corrupção de funcionários e falsificação de documentos fazer chegar o seu produto até em países sob embargo, irrigando conflitos regionais, gru-

pos rebeldes e mercenários através de uma complicada rede de difícil rastreamento. A falta de segurança e aumento dos níveis de violência transformou a indústria da segurança privada num negócio crescente que além de substituir o Estado, estabelece uma área nebulosa para oportunidades tanto para as corporações globais quanto para os obscuros freelancers locais – bem como uma comunhão de destinos para as armas, que tornam muito complicada a distinção entre armas “legais” e “ilegais” (NAÍM, 2006, p. 61)

No Capítulo 4 – Nada se compara ao negócio das drogas – Naím descreve como os negócios lícitos em determinado momento se alimenta dos lucros dos negócios ilícitos e vice-versa, a partir da entrevista de um dono de empresa de transportes de caminhões no México ao descobrir o motivo de tantas demissões de seus motoristas e a criação de novas empresas de transportes. Uma viagem transportando drogas rendia bastante ao motorista e o empresário inicialmente decidiu emprestar dinheiros a eles para a compra do produto, mas depois verificou que seria mais vantajoso dividir os lucros de cada viagem. Esse dinheiro era lavado na empresas de construções desse “peixe pequeno da fronteira mexicana”. Acima dele, no mesmo negócio, estavam respeitáveis cidadãos, empresários e funcionários públicos.

Naím analisa os efeitos da política anti-drogas dos EUA que não conseguiu diminuir o volume que entrou no país, apesar do aumento da apreensão e do desmantelamento de redes. Elas se formam novamente, passando de um grupo étnico para outro, como por exemplo, os nigerianos traficantes de heroína originária de Myanmar sediados em Bangkok que hoje usam como mulas mulheres brancas no comércio e distribuição de drogas produzidas fora de seu país. Outro exemplo foi o desmantelamento da rede que colocava cocaína e crack nos EUA. Ele começou com a prisão dos chefes do crack nos EUA e continuou com a morte do colombiano Pablo Escobar em 1993. Rei morto, vários reis se apresentaram para a substituição, seguida do desaparecimento de vários deles, mas a Colômbia mantinha a posição de liderança no fornecimento de cocaína – a produzida no país somava-se à produzida na Bolívia e no Peru. A chegada do plantio de papoula alterou o equilíbrio de poder, com os movimentos militares dominando a produção e o transporte do produto ficando ao encargo de traficantes mexicanos, pois tinham o conhecimento adquirido pelo contrabando de fronteira:

Representando uma total reformulação das regras do jogo, a especialidade restritiva foi substituída pela especialização funcional. Enquanto os cartéis colombianos eram organizações mais ou menos verticais, direcionadas para um único produto, os grupos mexicanos se preocupavam com o controle da fronteira e participavam, direta ou indiretamente, do transporte de uma larga variedade de produtos. (...) Através de parcerias com ucranianos e chineses, entre outros, eles expandiram seus negócios para o comércio de seres humanos. (...) As parcerias, a diversificação o desenvolvimento de uma especialização financeira, em todos esses aspectos os cartéis mexicanos do final da década de 1990 se adaptaram à economia em transformação e tiraram proveito de sua enorme vantagem territorial. (NAÍM, 2006, p. 74)

O aumento das fontes das drogas torna a política norte-americana de controle dos locais de produção ineficaz, servindo sim para o aumento do seu valor no mercado para cobrir o aumento dos custos em corrupção e perda de drogas apreendidas. Esse aumento dos preços também pode refletir em parte o aumento de custos de mão-de-obra na produção, como aconteceu entre pequenos produtores que trocaram a agricultura de subsistência pela papoula no Afeganistão.

No Capítulo 5 Naím toca na questão do contrabando e no tráfico de pessoas. Segundo ele, foram necessários 400 anos para que o mercado transatlântico importasse 12 milhões de escravos africanos para o Novo Mundo. ... estima-se hoje que 30 milhões de mulheres e crianças foram vítimas do tráfico no Sudeste Asiático – nos últimos 10 anos (2006, p. 85). Há países que se transformaram em lugares de passagem e não de destino final, como os guatemaltecos no México a caminho para os EUA ou os chadianos na Líbia a caminho da Itália. Empregadores defendem uma lei de imigração mais maleável, exatamente o contrário da opinião pública, e enquanto isso, os imigrantes legais e ilegais se somam à população muitas vezes decrescente de países mais ricos, e o papel das redes de tráfico de pessoas tem de ser destacado na exploração da mão-de-obra em fábricas, fazendas ou no trabalho doméstico. A existência de uma reserva de trabalho ilícito alimenta, especialmente, os restaurantes, as confecções e a construção civil, em detrimento de trabalhadores sindicalizados e com direitos trabalhistas. Em situação ilegal, o salário a servir para o pagamento de dívidas, o trabalhador será mais do que mão-de-obra dócil e barato. Até saldar a dívida ele (ou ela) serão peões num jogo de xadrez entre as redes ilegais.

A face mais visível da “forma mais sórdida de circulação do trabalho na nova economia global” é o comércio sexual cujos intermediários se espalham de Myanmar até a Tailândia, da Rússia aos emirados do Golfo, das Filipinas à Colômbia, traficando mulheres da Rússia, Ucrânia, Moldávia e Romênia para a Europa Ocidental, meninas colombianas, brasileiras ou equatorianas para o Japão, mexicanas ou asiáticas para os EUA (NAÍM, 2006, p. 88-89).

Podemos achar que Naím faz uma análise funcional das redes ilícitas, e por isso não enxergue possíveis contradições entre elas, mas não podemos ignorar a colaboração entre falsificadores e traficantes de seres humanos:

A mesma cópia de um relógio de última geração pode ser encontrada nas esquinas de Paris ou do outro lado da rua da estação Central de Nova York. Quem são esses comerciantes? Tipicamente são ambulantes vindos de países subsaarianos que foram levados para Paris e Nova York por uma rede global de contrabandistas que tem algum tipo de acordo com as redes chinesas de produtos falsificados (NAÍM, 2006, p. 95).

O Capítulo 6 Naím descreve como há um mercado global de idéias roubadas através da falsificação: armas, perfumes, carros motocicletas, tênis de corridas, medicamentos, máquinas industriais, relógios, raquetes de tênis, tacos de golfe, videogames, softwares, músicas, filmes. Nada que não tenha sido visto em algum camelódromo brasileiro. Ou estrangeiro. Boa parte dessas falsificações é proveniente da Ásia: China, Taiwan e Vietnã, mas não são os únicos países fornecedores. Não mais as peças de grife são os produtos principais falsificados. Na China pelo menos 40% dos produtos da Procter & Gamble e 60% dos da Honda não são itens originais, mas da pirataria. Outros exemplos da especialização por produtos são os cigarros paraguaios, os softwares russos e os discos ópticos ucranianos. E a Internet tem sido uma vitrine de vendas² (quem nunca recebeu um spam?), além do comércio de rua ou nas lojas. As blitzes e apreensões de produtos falsificados não parecem ter qualquer eficácia, pois logo eles estão disponíveis, conforme artigo publicado em outubro de 2006 no jornal Folha de São Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u110007.shtml>).

Nós nos acostumamos com a idéia de que a paraguaia Ciudad del Este é uma espécie de capital de produtos eletrônicos falsificados e produtos importados contrabandeados, porém Naím aponta para aquilo que verdadeiramente torna o lugar um centro importante, o dinheiro proveniente das receitas de venda de cocaína, vinda dos países vizinhos, e que dá vida aos outros negócios após serem reciclados pelos 55 bancos existentes na cidade de 300 mil habitantes (NAÍM, 2006, p. 137). Mas a lavagem de dinheiro se apresenta de maneira mais sofisticada quanto à sua identificação e oferecem condições muito favoráveis para quem não quer ter a identidade ou origem do dinheiro conhecidas.

Uma outra imagem fora de moda apontada por Naím é a dos cartéis e sindicatos do ilícito a funcionar como organizações hierárquicas rígidas. Para ele a realidade atual, e a novidade, são as redes de intermediários flexíveis e dificilmente mapeáveis que operam em inúmeras fronteiras e que oferecem diferentes serviços, e que para eles a expansão para novas linhas de produtos, legais ou ilegais, é apenas um passo natural para suas atividades (2006, p. 205). Isso tem repercussões sobre como as redes interagem, qual o elo mais importante entre elas, o tempo de duração e, como e onde é o lugar de combate ao ilícito.

Uma leitura bastante interessante para interpretarmos na ótica de redes e economia global.

NOTAS

¹ Moisés Naím. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. Tradução Sérgio Lopes. 2006

² Um exemplo brasileiro é a Galeria Pagé, no centro de São Paulo, destaque nos jornais quando se trata de apreensão de mercadorias contrabandeadas. Ela tem página na Internet: <http://www.galeriapage.com.br/>.